

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/05/2014 a 31/05/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Decreto regulamenta Cadastro Ambiental Rural e cria Programa Mais Ambiente. Paulo Victor Chagas – Site da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 09/05/2014	3
Encontro debate construção do conhecimento agroecológico – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/05/2014	3
CNA defende a conclusão do processo de regulamentação do Código Florestal – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/05/2014	5
Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário é amplamente aprovado. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/05/2014	6
Estudo diz que biotecnologia beneficia meio ambiente e agricultores – Valor Econômico, Agronegócios. 23/05/2014.....	7

Decreto regulamenta Cadastro Ambiental Rural e cria Programa Mais Ambiente. Paulo Victor Chagas – Site da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 09/05/2014

Foi publicado dia 05, em edição extraordinária do Diário Oficial da União, decreto que regulamenta as normas para os programas de regularização fundiária e estabelece o Cadastro Ambiental Rural – CAR

Foi publicado hoje (05), em edição extraordinária do *Diário Oficial da União*, decreto que regulamenta as normas para os programas de regularização fundiária e estabelece o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Quem possuir imóveis rurais deve se inscrever no CAR e iniciar o processo de regularização no caso de danos em áreas de Preservação Permanente (APP), de Reserva Legal e de uso restrito.

No sábado (3), a presidenta Dilma Rousseff disse que os proprietários rurais terão um ano para cadastrar as terras a partir da publicação do decreto. O cadastro foi introduzido pelo novo Código Florestal, aprovado em 2012 pelo Congresso, e estabeleceu a obrigatoriedade de que todos os 5,6 milhões de propriedades e posses rurais do país façam parte do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar).

De acordo com o Decreto 8.235/2014, os proprietários rurais deverão informar a localização da área a ser recomposta e o prazo para que o dono do imóvel possa atender às propostas de regularização ambiental. Para isso, cada unidade da Federação deve acompanhar, por meio de programas de regularização ambiental, a recuperação, regeneração ou compensação das áreas e a possibilidade de se suspender ou extinguir a punição dos passivos ambientais.

O decreto também cria o Programa Mais Ambiente Brasil, que apoiará os programas de regularização e desenvolverá ações nas áreas de educação ambiental, assistência técnica, extensão rural e capacitação de gestores públicos. Em até um ano, um ato conjunto interministerial deve disciplinar o programa de aplicação de multas por desmatamento em áreas onde a retirada de vegetação não era vedada.

O decreto estabelece ainda que as áreas com prioridade na regularização são as unidades de domínio público e regiões que abriguem espécies migratórias ou ameaçadas de extinção.

Encontro debate construção do conhecimento agroecológico – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/05/2014

Os saberes dos agricultores e agricultoras são fundamentais para a construção do conhecimento agroecológico, assim como os dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o saber científico. Com essa perspectiva, os participantes do III Encontro Nacional de Agroecologia, realizaram o seminário Construção do Conhecimento: interação entre Ater, pesquisa e ensino, neste domingo (18), em Juazeiro (BA).

No seminário, o secretário nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Valter Bianchini, assinalou a articulação entre Ater e pesquisa como fundamentais para a agroecologia e salientou que o tema é ponto contemplado no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), lançado em 2013. O Plano foi construído de forma participativa entre governo federal, sociedade civil, organizações não governamentais de todo o País.

Bianchini afirmou que o Planapo terá um novo ciclo após 2015 e a expectativa é de continuidade de suas ações, “para que se consolide como um plano articulado e se avance na agroecologia como um modelo alternativo, fortalecendo o rural brasileiro, com a multifuncionalidade da agricultura familiar – que preserva o meio ambiente, garante a segurança alimentar e uma vida digna no campo”. O secretário da SAF/MDA é coordenador da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), responsável por articular órgãos e entidades do Poder Executivo para implementar a Política Nacional de Agroecologia.

Bianchini também apontou ações necessárias para uma caminhada para a transição para sistemas agroecológicos, entre elas: integrar Ater governamental e não governamental, compartilhar conhecimento sobre sementes crioulas e sobre agroecologia. Sobre as políticas públicas existentes para agroecologia, Bianchini apontou a meta do MDA de universalizar Assistência Técnica e Extensão Rural, até 2015, para 150 mil agricultores familiares em transição agroecológica. O secretário adiantou também que o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, está sendo elaborado com vistas a crédito de custeio mais sistêmico, crédito orientado para a agroecologia e com ação voltada para acesso a sementes.

O diretor de Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Waldyr Stumpf, representou a Embrapa no seminário. “Buscamos a convergência, o saber dos agricultores, a formação de redes para, a partir daí, construir projetos para o desenvolvimento”, disse Stumpf.

Experiências

O seminário foi organizado para aprofundar as dimensões associadas à construção e à circulação do conhecimento, que são extensão rural, pesquisa e ensino. Para isso, foram apresentadas três experiências que demonstram o saber de agricultores familiares e dos técnicos: da Rede ater Nordeste, do Polo da Borborema, na Paraíba, e da Universidade Federal dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais.

A Rede Ater Nordeste apresentou estudos ligados a suas experiências que apontaram, por exemplo, custos de produção mais baixos quando não há dependência de insumos externos e maior estabilidade econômica das famílias quando há diversificação da produção.

A apresentação destacou ainda as feiras agroecológicas e os bancos de sementes como experiências importantes de transição agroecológica, bem como os serviços de Ater como instrumento de integração das políticas públicas para os agricultores.

ENA

O III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) ocorre até segunda-feira (19), em Juazeiro (BA), com a presença de mais de dois mil agricultores familiares (70% do público), povos e comunidades tradicionais e diversos segmentos da sociedade, com seminários e debates sobre benefícios, avanços e desafios da agroecologia no País.

O evento é realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outras instituições do governo federal e de agências de cooperação internacional.

CNA defende a conclusão do processo de regulamentação do Código Florestal – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/05/2014

O coordenador da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Brito, defendeu, nesta quinta-feira (22/05), a necessidade de conclusão do processo de regulamentação da Lei 12.651/2012, do novo Código Florestal. Só assim será possível ter uma legislação moderna e permitir a produção agropecuária e a preservação ambiental com segurança jurídica.

Questões relacionadas ao uso do fogo nas propriedades rurais e à emissão do Documento de Origem Florestal (DOF), licença obrigatória para o controle do transporte de madeira, ainda estão pendentes, afirmou ele, em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados para debater os dois anos de vigência do novo Código Florestal.

O governo federal editou nas últimas semanas uma instrução normativa e um decreto para regulamentar a lei. A IN 2 trouxe os procedimentos para incluir os imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os produtores rurais têm um ano para fazer a inclusão, prorrogável por igual período. Por meio do Decreto 8.253, foram estabelecidas regras complementares do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Os últimos anos foram dedicados à estruturação da parte técnica do CAR, à aquisição de imagens de satélite das propriedades rurais e à montagem de bancos de dados com informações dos produtores. “A inclusão das propriedades no CAR começou, mas ainda não estão disponíveis as imagens áreas das propriedades rurais em 2008, ano-base fixado pelo novo Código Florestal para consolidação do uso das áreas”, alertou o coordenador.

Produtores que adquiriram propriedades rurais nos últimos anos são os que mais dependem destas imagens. “Eles precisam ter os dados de 2008 para checá-los e não incorrer em erros no momento de preencher o CAR, sob risco de ficarem em situação irregular”, afirmou. A partir do CAR, será possível avaliar a condição das propriedades

do ponto de vista ambiental. Se houver passivo ambiental, a recomposição de áreas será estabelecida por meio do PRA, que ficará a cargo dos estados.

Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário é amplamente aprovado. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/05/2014

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf) aprovou, nesta sexta-feira (23), por unanimidade, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS). Após seis meses de debates, o documento apresenta estratégias, iniciativas e metas para efetivar políticas de desenvolvimento do rural brasileiro, considerando o protagonismo das mulheres, da juventude rural e de povos e comunidades tradicionais.

“Esse plano para nós, além de importante, é real, pois se constitui em uma ferramenta de acompanhamento da nossa gestão e de orientação para as nossas políticas”, afirmou o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller.

Segundo ele, o documento carrega em si os anseios do povo brasileiro por um rural desenvolvido. “Esse plano veio lá da base, dos nossos territórios, dos nossos municípios. Ele não veio de um debate fechado, mas de propostas do nosso povo, que foram sendo discutidas, aprovadas, organizadas e trazidas para um ambiente nacional, que resultou na aprovação das propostas na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário para o texto final do documento”, explicou.

Entre as iniciativas do PNDRSS estão: a ampliação da oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para a agricultura familiar e organizações econômicas; o desenvolvimento de planos específicos que contemplem os biomas brasileiros, em especial o Amazônico, com vistas ao fortalecimento do extrativismo; e a promoção do acesso à educação e qualificação profissional qualificada.

Para a secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alessandra Lunas, a aprovação do plano no Ano Internacional da Agricultura Familiar, Campesina e Indígena “é muito importante para nós. Essa é a grande experiência que o Brasil tem já nas políticas que todo mundo quer conhecer de perto”, destacou.

Próximos passos

Durante a reunião, o secretário-executivo do Condraf, João Guilherme Abrahão explicou que o processo seguinte à aprovação do PNDRSS será da implementação das metas em todo o País. “O Conselho tem agora, como prioridade, a implementação do plano. Das iniciativas, uma que é muito importante e demandará bastante o

Condraf, é a construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”.

A próxima reunião do Condraf está prevista para os dias 5 e 6 de agosto, em Brasília (DF).

Elaboração

O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) foi resultado da quarta etapa da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS), realizada ao longo de 2013. Nas diferentes etapas, mais de 40 mil pessoas se envolveram nas discussões de propostas de desenvolvimento do Brasil rural.

Entre as novidades desse processo, está a paridade de gênero, garantindo 50% de mulheres entre os delegados, a participação de 20% de jovens em todas as etapas da conferência e uma delegação de povos e comunidades tradicionais.

Estudo diz que biotecnologia beneficia meio ambiente e agricultores – Valor Econômico, Agronegócios. 23/05/2014

SÃO PAULO - As culturas geneticamente modificadas (GM) favorecem a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, proporcionando melhorias claras para a produtividade e para a renda do agricultor. A conclusão está em um estudo da consultoria inglesa PG Economics, divulgado no Brasil pelo Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB).

De acordo com o documento, a biotecnologia agrícola fez cair em 8,8% a utilização de defensivos químicos, para 503 bilhões de quilos, entre 1996 e 2012. Isso equivale à quantidade total de ingredientes ativos aplicados a culturas aráveis nos 27 estados membros da União Europeia em quase dois anos de cultivo. Como resultado, o impacto ambiental associado ao uso de herbicidas e inseticidas sobre a área plantada com culturas transgênicas foi reduzido em 18,7%.

As lavouras GM permitem ainda que os agricultores produzam mais com menos necessidade de expansão das fronteiras agrícolas, afirma o estudo. “Se a biotecnologia agrícola não estivesse disponível para os 17,3 milhões de agricultores que a utilizaram em 2012, a manutenção dos níveis de produção global teria exigido plantações adicionais de 4,9 milhões de hectares de soja, 6,9 milhões de hectares de milho, 3,1 milhões de hectares de algodão e 0,2 milhões de hectares de canola”. Essa área total é equivalente a 9% da terra cultivável nos Estados Unidos, ou 24% da terra cultivável no Brasil ou 27% da área do cereal na União Europeia.

O estudo da PG Economics é produzido a cada dois anos e apresenta números do cultivo de transgênicos em todo o mundo, desde 1996 até 2012.

Novamente de acordo com a consultoria, a biotecnologia agrícola continua a ser um bom investimento. Globalmente, produtores receberam uma média de US\$ 3,33 (R\$ 7,35) para cada dólar investido em sementes transgênicas em 2012. Entretanto, agricultores de países em desenvolvimento receberam US\$ 3,74 (R\$ 8,26) por dólar investido, enquanto nos países desenvolvidos esse índice foi de US\$ 3,04 (R\$ 6,71). “Os maiores aumentos de produtividade e a maioria dos ganhos ambientais também ocorreram nessas regiões, onde muitos trabalhadores rurais têm recursos escassos e cultivam pequenas áreas de terra”, disse Graham Brookes, diretor da PG Economics e coautor do relatório. O retorno econômico líquido para os produtores que adoraram cultivares GM em 2012 foi de US\$ 18,8 bilhões, o equivalente a um aumento médio de renda de US\$ 117 por hectare.

No Brasil, a diretora-executiva do CIB, Adriana Brondani, lembra que o aumento sistemático nas taxas de adoção da biotecnologia é um sinal de que os benefícios dos transgênicos são claros. “Por meio do manejo mais flexível e da racionalização no uso de insumos, há uma expressiva redução de custos que, em última análise, significa mais lucro para os agricultores” afirma.

A biotecnologia agrícola também contribuiu para reduzir significativamente a liberação de emissões de gases de efeito estufa a partir de práticas agrícolas, indica o relatório da PG Economics. O resultado se dá pela menor utilização de combustíveis e conservação adicional de carbono no solo em função da adoção do plantio direto e da menor utilização de arados. Em 2012, isso significou a não emissão de 27 bilhões de quilos de dióxido de carbono da atmosfera, o equivalente à remoção de 11,9 milhões de carros das ruas por um ano.

Entre 1996 e 2012, a biotecnologia agrícola foi responsável por mais de 122 milhões de toneladas de soja e 231 milhões de toneladas de milho. A tecnologia também contribuiu com 18,2 milhões de toneladas adicionais de algodão em pluma e 6,6 milhões de toneladas de canola.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa